

MIGRAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL: UM ESTUDO SOBRE MULHERES MIGRANTES HAITIANAS E QUESTÕES DE GÊNERO

PAPER TITLE: SUBTITLE

TÍTULO DEL ARTÍCULO: SUBTÍTULO

1

Luana Medeiros de Sa Lucas

Universidade Católica Dom Bosco

ORCID – <https://orcid.org/0000-0002-3264-3487>

Camila Torres Ituassu

Universidade Católica Dom Bosco

ORCID – <https://orcid.org/0000-0003-4928-9194>

Resumo: No Brasil, a estabilidade econômica das últimas décadas trouxe consigo diversos migrantes e refugiados que buscam maior qualidade de vida, por isso, ao considerar o trajeto histórico presente na jornada feminina no que tange os aspectos sociais e políticos, tendo em vista que o Haiti é considerado o país mais pobre de toda a América do Sul, em conjunto de sua política e economia instáveis, as tragédias naturais e o alto índice de violência contra a mulher, o fluxo de nativos que deixam o país em busca de estadia no Brasil é cada vez maior visto que as informações de bem-estar social, educação e moradia presentes lhes dão outra perspectiva de vida. Assim sendo, as mulheres se deparam com a oportunidade de estabelecer suas próprias redes buscando outro país. Nota-se que as vivências migratórias trouxeram consigo diversos aspectos sociais, de gênero e de identidade, levando em consideração que as diferentes culturas envolvidas são vivenciadas pelos sujeitos ali postos. Por isso a ação de migrar para outro país elenca diversos aspectos além do deslocamento físico, logo, a igualdade de gênero acaba por ganhar espaço dentre as aberturas que um novo contexto cultural traz consigo. Assim, a chegada e convivência de mulheres haitianas em tal ambiente específico, possibilita uma melhor qualidade de vida no que tange educação, saúde e principalmente a autonomia, que envolve os aspectos sociais e culturais que antes eram rígidos e propiciavam limitadas condições de vida.

Palavras-chave: Migração. Mulher. Gênero.

Abstract: In Brazil, the economic stability of the last decades has brought with it several migrants and refugees who seek a better quality of life, therefore, when considering the historical path present in the female journey regarding social and political aspects, considering that the Haiti is considered the poorest country in all of South America, together with its unstable politics and economy, the natural tragedies and the high rate of violence against women, the flow of natives who leave the country in search of a stay in Brazil. is increasing as the information on social welfare, education and housing present gives them another perspective on life. As such, women are faced with the opportunity to establish their own networks

by seeking out another country. It is noted that the migratory experiences brought with them several social, gender and identity aspects, taking into account that the different cultures involved are experienced by the subjects placed there. That is why the action of migrating to another country lists several aspects in addition to physical displacement, so gender equality ends up gaining space among the openings that a new cultural context brings with it. Thus, the arrival and coexistence of Haitian women in such a specific environment enables a better quality of life in terms of education, health and especially autonomy, which involves social and cultural aspects that were previously rigid and provided limited living conditions.

Keywords: Migration. Women. Gender.

Resumen: En Brasil, la estabilidad económica de las últimas décadas ha traído consigo varios migrantes y refugiados que buscan una mejor calidad de vida, por lo tanto, al considerar el camino histórico presente en el viaje femenino en cuanto a los aspectos sociales y políticos, teniendo en cuenta que Haití es considerado el país más pobre de toda América del Sur, junto con su inestabilidad política y económica, las tragedias naturales y el alto índice de violencia contra la mujer, el flujo de nativos que salen del país en busca de una estadía en Brasil va en aumento a medida que la información sobre bienestar social, educación y vivienda presente les da otra perspectiva de la vida. Como tal, las mujeres se enfrentan a la oportunidad de establecer sus propias redes al buscar otro país. Se advierte que las experiencias migratorias trajeron consigo varios aspectos sociales, de género e identitarios, teniendo en cuenta que las diferentes culturas involucradas son vivenciadas por los sujetos allí emplazados. Es por ello que la acción de migrar a otro país enumera varios aspectos además del desplazamiento físico, por lo que la igualdad de género termina ganando espacio entre las aperturas que trae consigo un nuevo contexto cultural. Así, la llegada y convivencia de las mujeres haitianas en un entorno tan específico posibilita una mejor calidad de vida en términos de educación, salud y sobre todo de autonomía, lo que involucra aspectos sociales y culturales que antes eran rígidos y proporcionaban condiciones de vida limitadas.

Palabras clave: Migración. Mujeres. Género.

INTRODUÇÃO

Segundo Patarra (1995), os fluxos migratórios sempre estiveram ligados à processos históricos consideravelmente relevantes para a sociedade como agente transformador. A autora também valida os escritos atuais sobre a importância desses movimentos para o cenário mundial, caracterizado em sua maioria por desigualdades regionais e diversos conflitos manifestados, resultantes dos substanciais transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas em curso.

Nos dias em que ocorrem, a mulher integra pelo menos 50% da população migrante que, segundo os dados das Nações Unidas (2013), apresentam maior intensidade de fluxo quando se trata de um país

notoriamente mais desenvolvido, outrossim, tendo em vista que a deslocação de pessoas ou grupos dentro e fora dos países sempre existiram na história da humanidade, diversos são os fatores de motivação que corroboram para o alto índice de deslocamento no século XXI. Nota-se que no Brasil, a estabilidade econômica das últimas décadas trouxe consigo diversos migrantes e refugiados que buscam maior qualidade de vida (GRANADA *et al.* 2017).

Posto isso, ao considerar o trajeto histórico presente na jornada feminina no que tange os aspectos sociais e políticos, em 1980 tem-se um marco de grande relevância para o presente momento, haja vista que a partir dessa década pode-se observar em diversas literaturas a crítica acerca da concepção de gênero e as antigas reivindicações sobre a importância de incluir a discussão de raça, gênero e classe social no que diz respeito às mulheres (HARAWAY, 1991).

Tendo em vista que o Haiti é considerado o país mais pobre de toda a América do Sul, em conjunto de sua política e economia instáveis, as tragédias naturais e o alto índice de violência contra a mulher, o fluxo de nativos que deixam o país em busca de estadia no Brasil é cada vez maior visto que as informações de bem-estar social, educação e moradia presentes lhes dão outra perspectiva de vida. Assim sendo, as mulheres se deparam com a oportunidade de estabelecer suas próprias redes buscando outro país (ARAÚJO, 2016).

Portanto, levando em conta os diversos fatores para a vulnerabilidade social das mulheres migrantes haitianas que vivenciam situações de vida precárias que influenciam em sua liberdade de escolha e autonomia, tem-se a necessidade de investigar acerca das raízes envolvidas nesse processo que contam com justificativas culturais, patriarcais e até mesmo particulares de cada caso. Assim, com base à atual situação da mulher migrante quanto às condições básicas de direito, trabalho, saúde e cidadania, pretende-se por meio dessa revisão de literatura, com objetivo de contribuir cientificamente em um campo de pesquisa mais detalhado acerca da vulnerabilidade de

gênero presente na sociedade, investigar a problemática principal: “**Qual a realidade enfrentada pelas mulheres migrantes haitianas ao estarem vulneráveis a uma sociedade patriarcal?**”.

METODOLOGIA

A pesquisa realizada teve sua classificação bibliográfica e, por meios manuais e científicos buscou oferecer referências específicas sobre a atual condição e influencia patriarcal para com as mulheres migrantes haitianas, com o objetivo de trazer os seguintes descritores: mulher migrante, mulher haitiana, patriarcalismo, gênero e migração.

O método da pesquisa é pautado no materialismo histórico e dialético, com vistas à compreensão de questões locais e pontuais referentes ao objeto de estudo. A pesquisa bibliográfica, de acordo com Mioto e Lima (2007), implica um conjunto organizado de procedimentos e métodos em busca de soluções, atento ao objeto de estudo, que, acima de tudo, não pode ser aleatório. Desse modo, utilizaram-se as seguintes palavras-chave que direcionaram aos estudos que deram aporte ao tema desta pesquisa: “mulher”, “migrante haitiana”, “autonomia” e “materialismo histórico dialético”, este último, por se considerar essencial para o direcionamento da investigação, haja vista que em tal perspectiva a migração não pode ser compreendida fora dos processos da exploração do trabalho (VENDRAMINI, 2018), já mencionado como um dos principais problemas enfrentados pelas migrantes e refugiadas, que reforçam a precária realidade social vivida por elas.

Tal pesquisa foi executada afim de investigar qual a realidade vivida por essas mulheres para que se possa compreender a correlação entre estas e as condições que as levaram à atual situação. A partir daí, foram selecionados 32 documentos com recorte temporal sendo 1988 até 2018, para afim de através de informações críticas e bem estruturadas construir, como forma de enriquecer o campo de pesquisa de mulheres migrantes em vulnerabilidade social, um maior alcance político, social e cultural.

DISCUSSÃO

Movimentos migratórios

A historiografia enuncia o Brasil como país de migração, consolidada após a independência de Portugal, que resultou em um grande fluxo de migrantes de diversos países, como Portugal, Itália, Alemanha, Japão e Espanha. Paralelamente a esse fato histórico, o impedimento do tráfico negreiro e da escravidão fomentaram a migração como uma substituição da mão de obra escrava (PAIVA; LEITE, 2014).

A partir daí, com o início do período republicano e com o intuito de estimular o desenvolvimento da economia, o país começou a incentivar o acesso de migrantes em solo brasileiro. E em virtude das dificuldades econômicas da época de 1980 e 1990, diversos brasileiros foram em busca de melhor condição de vida em outros países (FIGUEIREDO e ZANELATTO, 2017).

A mobilidade de pessoas ou grupos dentro e fora dos países sempre existiu, na história da humanidade; entre os fatores que corroboram para o alto índice de deslocamento no século XXI, diz respeito ao principal atrativo do Brasil para os estrangeiros - a estabilidade econômica das últimas décadas -, ao mesmo tempo em que se torna um fator potencial de produção e reprodução das desigualdades internacionais, presentes no processo de globalização (GRANADA et al. 2017).

No atual milênio, o Brasil voltou a possuir credibilidade no mercado internacional com o sucesso do Plano Real do governo de 1994. Logo, o aumento dos investimentos estrangeiros no país trouxe um período de expansão econômica, que se manteve com o governo do Partido dos Trabalhadores, presidido por Lula (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016). O novo governo defendia a inclusão de programas sociais voltados para a erradicação da pobreza, e, conseqüentemente, o cenário da economia brasileira começa a ocupar papel de destaque e despertar interesses em

trabalhadores migrantes que costumam buscar melhores oportunidades de emprego (FIGUEIREDO e ZANELATTO, 2017).

Figueiredo e Zanelatto (2017) apontam, como principais pontos para promoção de qualidade de vida e para que o Brasil se tornasse um país internacionalmente considerado um bom lugar para viver, o investimento em políticas de inclusão social, que visavam reduzir a pobreza e desigualdade que até então era vigente no Brasil e o aumento da taxa de ocupação dos trabalhadores e formalização dos empregos. Segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a busca pela estabilidade econômica presente no Brasil, um país em desenvolvimento, tem resultado no aumento do fluxo de migrantes e refugiados, no caso dos trabalhadores qualificados ou vítimas de conflitos políticos, ou seja, refugiados políticos que saem forçosamente de seu país sem a chance de retornar.

Entretanto, segundo Bauman (2017), o mercado utiliza a mão de obra barata dos migrantes e refugiados, o que provoca a falta de normatização dos serviços e influencia diretamente nas condições de vida desses indivíduos, fator este ligado pontualmente à falta de proteção que deveria advir do Estado. Junto aos ideais de Granada et al. (2017), Bauman (2017) pontua que há, ainda, os migrantes econômicos, que, como dito anteriormente, buscam melhores condições de vida, que constitui o principal motivo de grande parte das migrações - a desigualdade de renda que caracteriza tanto os países pobres quanto os ricos. Assim, o fluxo migratório, segundo o autor, dificilmente seria estancado sem que as condições de vida nos países se tornassem semelhantes.

A condição de precariedade do migrante se agrava com as dificuldades comunicacionais, linguísticas e de adaptação no país de acolhimento, com o enfrentamento do preconceito, do estereótipo e da discriminação. Acrescente-se o fato de o migrante ter que se sujeitar a trabalhos de baixa qualificação, mal remunerados e desvalorizados socialmente, e, ainda, a falta de suporte social formal e informal, ou seja, o isolamento, fracas redes sociais e dificuldade de informação e acesso aos

serviços, que tornam essa população extremamente vulnerável (BRASIL, 2007).

Tendo em vista o grande fluxo de migrações e refúgio, tornou-se estritamente necessária a intervenção do Estado em relação às necessidades básicas de direitos humanos. Nesse sentido, a Lei de migração (2017) assegura o acesso do migrante e refugiado aos serviços públicos de saúde e de assistência social, e à previdência social, sem discriminação por nacionalidade condição ou gênero, tornando-se imprescindível que tais direitos sejam exercidos.

No entanto a discrepância econômica entre os países vizinhos e os estados e municípios brasileiros se tornam um obstáculo à efetivação dos princípios constitucionais; nesse sentido, evidencia-se que alguns grupos sociais terão mais dificuldades ao tentarem o acesso aos serviços (SANTOS, 2016). Os migrantes e refugiados estão incluídos nesse contexto, haja vista que, geralmente, são mais vulneráveis economicamente e socialmente falando, corroborando para o maior risco de doenças laborais e até mesmo transtornos psicossociais (CARBALLO; NERUKAR, 2001; RAMOS, 2009).

É importante destacar que, em 1952 o Brasil assinou, na conferência de Plenipotenciários a respeito do Estatuto dos Refugiados e dos Apátridas, a Convenção de 1951. Essa ação foi influenciada pela organização do Ano Mundial Dos Refugiados (AMR), a qual utilizava revistas para lembrar a população da situação precária vivida pelos refugiados durante décadas. Com sucesso, o AMR tinha o objetivo de promover ações do Estado, de ONGs e da sociedade, como um todo, para a melhoria de vida da população em risco e vulnerabilidade

Já nos tempos atuais, a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 preconiza, ainda nas disposições gerais, que é direito do migrante e visitante valer-se de políticas públicas específicas para essa comunidade. Ademais, tal diretriz parte da constatação de que toda política migratória deve ser universal, indivisível e majoritariamente baseada em direitos humanos. Ademais, a Constituição Federal do Brasil de 1988 garante, à população migrante, em

seus artigos 5º e 6º, o mesmo direito legal da sociedade nativa, como livre acesso à saúde, segurança, educação e jurisdição. Além disso, é direito dessa população usufruir do livre arbítrio quanto às suas crenças, cultura e liberdade individual (BOBBIO, 1992).

No momento atual, a nacionalidade está vinculada diretamente aos conceitos de política e jurídico, e sua ação direta ao Estado que rege a sociedade, visto que o mesmo é, segundo Constituição federal (1988), a principal fonte de direitos humanos considerado fundamental para cidadania. Entretanto, o questionamento acerca da falta de flexibilidade das legalizações dos direitos políticos de migrantes e refugiados é atual e perpétua, desde a época pós guerra, visto que a população estrangeira obteve seus direitos básicos circunscritos pela soberania nacional.

Todavia, tendo em vista a relevância dos direitos básicos e políticos para vivência de todo e qualquer sujeito, independentemente de sua residência atual, sendo ela natural ou não, a atual situação não favorece a população migrante e refugiada.

Mulheres e questões de gênero

“Há décadas o patriarcado vem sendo discutido através das ciências sociais, trazendo consigo na contemporaneidade elementos que contribuem na investigação acerca das condições de vida de mulheres inseridas no sistema capitalista” (AZEVEDO, 2017). Um pouco antes do século XIX o patriarcado e as organizações patriarcas decidiam os dignitários das igrejas de acordo com autores sagrados e, por isso, os mesmos eram elencados como sendo os chefes iniciais das famílias. Por isso, pode-se dizer que o patriarcalismo é soberano em suas ações, constituídas de autoridade máxima em diversos assuntos, como jurídico, econômico e principalmente político. Tal autoridade perpassa poderes legislativos, atingindo diretamente o direito à vida e morte, de exclusão e reconhecimento econômico e livre arbítrio acerca de seus subordinados (AGUIAR, 2015).

A dominação tradicional conforme Weber (2009) está constituída na crença de que a santidade dos poderes senhoriais, sendo seu tipo mais legítimo, a dominação patriarcal, tem como a associação dominante, um caráter comunitário a partir de um senhorio que ordena, enquanto seus súditos obedecem. Destarte dificilmente se constituem novos direitos, levando em consideração que o direito se dá justamente através do reconhecimento de um regimento vitalício. É importante frisar que, a dominação patriarcal é definida como sendo o tipo mais puro de dominação tradicional, levando em consideração que os costumes e fidelidades patriarcal são passadas através da educação cultural (AZEVEDO, 2017).

O debate feminista traz consigo como centro de discussão o poder do homem sobre a mulher como presente nas sociedades capitalistas. Isso significa dizer que na relação patriarcal as mulheres são colocadas em um degrau desigual que, competem à diversas obrigações quando relacionadas aos homens como por exemplo, a imposição de que mantenham relações forçosamente conjugais, em conjunto da manipulação da sexualidade e atividades reprodutoras. À vista disso, mesmo que na contemporaneidade as mulheres estejam inseridas no mercado de trabalho e tal processo auxilia-as quanto a emancipação em relação aos cônjuges, ainda há diversas mulheres que dependem economicamente e emocionalmente de seus maridos, posto que há um enorme número de mulheres que estão desempregadas ou até mesmo as que possuem fonte de renda, enfrentam a realidade de menores salários quando comparado aos homens que trabalham no mesmo cargo (AGUIAR, 2015).

Portanto, refere-se que o patriarcado e suas modificações ao longo da histórica perpassa sugestionamentos no que diz respeito a forma mais complexa acerca da subordinação das mulheres e as estruturas envoltas no processo de etnia e classe. Há, também, de se considerar os aspectos econômicos e sua relação entre capitalismo e gênero, visto que ambos estão relacionados quando se trata de classe. Enquanto um refere-se ao

sistema patriarcal, o outro, ao sistema capitalista que se integra e influencia essa relação. Por isso é admitido informar que todo o sistema patriarcal está envolto em estruturas que contam com a dominação do homem e opressão e exploração das mulheres (WALBY, 1990).

Ao explorar o patriarcado como sendo uma relação civil que oferece aos homens direitos sexuais sobre as mulheres, é possível reiterar que hierarquicamente falando, todos os espaços da sociedade são atingidos, incluindo uma base material e corpórea que representa uma estrutura de poder ideológica e violenta. Não há, portanto, uma limitação do conceito as esferas privadas e sim em todas as estruturas presentes na sociedade, seja ela pública ou privada, do estado ou da sociedade civil. A diretriz patriarcal certifica aos homens todos os meios de produção e reprodução do meio social, onde as funções desempenhadas são diferenciadas conforme o nível de hierarquia e faixa etária, executando concomitante a isso, a interdependência que capacita a determinação de controle sobre as mulheres. Simultaneamente cabe as mulheres que desempenhem papéis de objeto sexual e reprodutoras e produtoras de mão de obra. Assim sendo, a dominação-exploração configurada como opressão, acontece de forma coletiva (SAFFIOTI, 2004).

A relação patriarcal no estado tem um caráter estrutural, capitalista e racista. Tais relações passam por modificações constantemente, tanto separadamente quanto quando relacionadas umas com as outras. Desse modo, o patriarcado encontra-se de forma privada através da produção doméstica e controle do chefe de família acerca da vida e individualidade da mulher e conseqüentemente passa-se à uma forma de controle direta, que implica em imposições importantes, vistas como essenciais à manutenção do patriarcado. A mulher, ao vir a público, encontra-se dominada e explorada em todos os aspectos, incluindo a esfera privada. Para o entendimento do sistema estruturado e suas mudanças acometidas, é relevante considerar a relação racial e étnica das classes, afim de que as diversas dimensões sociais envoltas no trabalho remunerado ou não

remunerado, a sexualidade e as instituições culturais e estatais sejam elencadas como essenciais. Afinal, as estruturas patriarcais são, notoriamente históricas e políticas (AZEVEDO, 2017).

Na unicidade das temáticas de gênero e patriarcado é essencial trazer à tona os determinantes históricos dessa problemática, afim de compreender de que forma o patriarcado está inserido no sistema capitalista e quais suas diferentes facetas. Isto inclui a intenção de compreender os conceitos de gênero ligados as teorias feministas, afim de que ao tratar-se de duas categorias, gênero e patriarcado, respectivamente, pondere o curso teórico-político da realidade. Dessa forma, quando as relações de gênero são elencadas, é natural que não se compreenda de forma unitária e sim através de uma apresentação de relações na sociedade capitalista no contexto de relações desiguais de explicação e dominação. O sistema de dominação inserido em uma sociedade que preza pela democracia e liberdade torna-se, então, divergente (ALMEIDA, 2010).

O patriarcado na cultura haitiana

No que diz respeito as mulheres migrantes haitianas, o alto índice de migração é visto como um ato de protagonismo e autonomia, considerando que a realidade vivida em seu país de origem conta com a negação de saúde, educação e condições dignas de trabalho. Além disso, a mulher haitiana comumente é chamada de “ pilar central ” expressão utilizada para se referir a realidade de trabalho e familiar, tendo em vista que muitas vezes as mulheres mantêm a economia da casa. Por isso, a interpretação desse papel corrobora a uma condição de negociação familiar, papel este culturalmente atribuído ao homem. Destarte, estas personagens procuram economias baseadas em serviços que possam propor oportunidades escassas ou quase inexistentes em meio ao seu trabalho comum na colheita de alimentos (COGO, 2017).

Diferentemente da expectativa das mulheres ao migrarem para outros países, a realidade encontrada pelas mesmas ao chegarem ao país escolhido é de extrema vulnerabilidade. Logo, portanto, abre-se uma barreira entre os sonhos dessas mulheres e os direitos básicos à saúde e

à cidadania, visto que, ao falarem uma língua diferente e permanecerem em atividades laborais sem regulamentação, não possuem a segurança de uma condição de vida digna, encontrando-se suscetíveis às redes de exploração e trabalhos informais (LÓPEZ, 2015).

O maior condicionante da migração feminina diz respeito aos fatores de gênero que estão presentes desde o período anterior ao da migração até o pós-migratório. Visto que mesmo que a Cartilha de informações financeiras para migrantes e refugiados (2019) tenha o objetivo de assegurar o acesso às informações sobre contas e afins, os fatores dizem respeito às relações patriarcais e hierárquicas enraizadas tanto na sociedade como um todo, quanto na família. Pois as mesmas influenciam diretamente nas decisões autônomas, ao procurarem migrar para outro país e nas tomadas de decisões no tocante à administração de dinheiro e informações básicas para viver (BOYD, 2006).

A igualdade de gênero no Haiti foi reconhecida na constituição de 1986, entretanto, a vulnerabilidade dessas mulheres ainda compreende um alto grau. Porquanto Araújo (2016) afirma que há raízes hierárquicas que consomem a própria família haitiana em aspectos básicos considerando que mesmo que haja a visão da mulher como um pilar importante para o lar, a busca dessas mulheres pela economia, educação e alimento é regrada e permanece em último lugar na escala de prioridade de toda a população masculina.

Levando em consideração apenas 20% da população haitiana estar empregada, o número de mulheres haitianas que migram para o Brasil é consideravelmente maior. Pois de acordo com os dados do Ministério do trabalho e emprego, Conselho Nacional de migração e o Ministério de relações exteriores (2014), o comparecimento das mulheres no processo

migratório tem se tornado cada vez maior em vista dos dados atribuídos as primeiras migrações.

Os dados elencados resenham sobre um avanço de aproximadamente 720 mulheres do ano de 2011 ao de 2012, visto que, respectivamente, os números eram de 123 e passaram a ser de 843 mulheres vindas do Haiti. E, ainda, no que tange o país, dados entre 2013 e 2014 denotam uma alta de 423 para 689 vistos que foram fornecidos à população feminina (FERNANDES, 2014).

A Conferência do Episcopado Latino Americano de 1992 realizada em Santo Domingo demonstra, através dos seus escritos, certa preocupação com a mobilidade humana e suas causas. No que tange a mulher, há uma preocupação urgente no que se refere aos abusos cometidos pela mídia que ferem a dignidade da população, instrumento este essencial para que assim as mesmas obtenham o meio que lhe permita uma vida digna (DUTRA, 2012). Assim sendo, as mulheres migrantes haitianas não mais são vistas como acompanhante de seus maridos nessa trajetória e sim um ser de autonomia que busca o melhor para si diante a situação em que vivia anteriormente, que contam com acesso de educação e saúde reduzido, falta de autonomia, vulnerabilidade à violência, falta de informação e influência da mídia de forma negativa no que tange uma vida digna (RAMOS, 2013).

Em relação à busca de autonomia que as mulheres migrantes Haitianas têm como objetivo, observa-se que os trabalhos encontrados pela população ao chegarem em seu país de destino contam com cargos e salários inferiores aos dos homens, visto por toda a sociedade como um trabalho desvalorizado enraizado na discriminação de gênero (TEDESCO, 2011).

Conforme o estudo de Gênero, Migrações e reservas da Organização internacional para as migrações (OIM), as mulheres migrantes são capazes e têm como objetivo juntamente com sua liberdade, mandar uma quantia de dinheiro para seus parentes que ficaram para trás, entretanto tal preocupação e manutenção mensal assegura um papel de equilíbrio entre

as atuações e estereótipos de homem e mulher, visto que ao mandarem dinheiro assumem a administração familiar (DUTRA, 2013).

De acordo com a OIT (2005), 12,3 milhões de pessoas no mundo inteiro executam trabalho forçado, sendo 2,45 milhões destes traficados. E por isso, em média de 20% é resultante do tráfico de pessoas. No Brasil, há um grande percentual desses números correspondentes às mulheres e adolescentes do sexo feminino, caracterizadas por transitarem entre capitais, municípios, portos e lugares que facilitem a conexão de fronteira. A vulnerabilidade desses serviços advinda da desigualdade de gênero condiciona a perpetuação de sociedades estratificadas que contam com a segregação ocupacional e vulnerabilidade ao tentarem encontrar a autonomia almejada para que assim se sintam dignas ao papel em que a sociedade patriarcal a coloca (DUTRA, 2013).

Portanto, a mulher vista como sujeito à procura de autonomia e melhores condições de vida enfrentam um alto índice de risco, vulnerabilidade e vivenciam em relações assimétricas de gênero e ameaça no tocante a dignidade e direitos básicos que corroboram, juntamente com a urgência de sobreviver, na aceitação ou subordinação ao sistema patriarcal cultural vigente (MACEDO e SOUSA 2016).

A questão de gênero e suas implicações às mulheres migrantes haitianas

Para a compreensão das relações de gênero é necessário que se note de que forma os ideais sociais se baseiam a partir da diferenciação do sexo, levando em consideração que se encontra discriminações de funções, condutas, ações e normas que seriam de se esperar de mulheres e homens e relações de poder e subordinação. A pormenorização biológica resulta na concepção do sexo masculino como sendo o detentor de qualidades extremamente enérgicas, capazes de prover seu lar e paralelamente a isso, a mulher como o sujeito que conserva o lar e seus filhos (SILVA, 2012).

A realidade haitiana conta com a educação familiar e institucional como fator de delimitação quanto aos papéis de gênero. Isso porque enquanto em casa as meninas em sua maioria são ensinadas para as atividades domésticas e outras atividades de cunho feminino, na escola também são separadas dos meninos, que concomitante a isso não são ensinados a manipularem os alimentos, ou até mesmo a aprenderem assuntos de cozinha. Portanto, mesmo que a mulher esteja empregada e mantenha a casa no que tange os gastos econômicos, não cabe ao homem que faça serviços domésticos. A partir disso nota-se o acúmulo de funções sobre as mulheres, visto que enquanto trabalham fora precisam cozinhar, passar e lavar e ainda, cuidar dos filhos. Ou seja, suas obrigações morais e culturais (ARAUJO, 2015).

É possível notar que somente a partir da Constituição de 1986 as mulheres passaram a ser reconhecidas como iguais, visto que a constatação da igualdade de gênero transcorreu, de certa forma, tardiamente na América Latina. Conforme alguns autores, ainda há questões hierárquicas que regem a sociedade e família haitiana, como por exemplo, em casos de restrições de número de alimentos, em que o primeiro a ser alimentado deve ser o pai, por conseguinte a mãe, depois os filhos do sexo masculino por faixa etária e só então as filhas do sexo feminino, também por faixa etária. Sendo assim nota-se, desde os princípios culturais e educacionais, a imposição das crianças do sexo feminino como sendo pertencentes ao último grau de importância (ROSA, 2010).

Contudo, ainda sim as mulheres haitianas são vistas como a espinha dorsal da sociedade, visto que as mesmas movimentam os comércios de rua, por muitas vezes plantando seus próprios produtos e andando por diversos e longos caminhos com pesos exorbitantes sob o sol escaldante. Isso porque levando em consideração que o estudo no Haiti é pago, os meninos são priorizados, enquanto a mulher permanece limitada as dependências do lar. Diminuindo assim as chances de mulheres ingressarem em uma vida estudantil ou acadêmica futuramente, já que por estarem limitadas ao meio

familiar, não costumam ter acesso ao francês, língua institucional e formal. A estrutura social presente evidencia que o destino a ser traçado pelas mulheres estão notoriamente atrelados à figura masculina, levando em consideração que desde cedo a meta a ser alcançada por elas deve ser o casamento, cônjuges esses escolhidos pelos próprios pais. Por consequência disso alguns sociólogos asseguram que a sociedade haitiana é repleta de machismo e comportamentos opressores (DESROSIERS e SEGUY, 2011).

A migração haitiana no Brasil possui dinâmicas marcantes, como por exemplo casos em que casais migram juntos, as vezes acompanhados de seus filhos, ou não. Há também milhares de casos em que mulheres migram sozinhas e muitas dessas vezes, gestantes. Conforme Vieira (2014), somente de maio à outubro de 2014, aproximadamente 26 grávidas procuraram abrigo em Rio Branco após passarem, cerca de 12 dias viajando em situações questionáveis. A coordenadora de política externa e direitos humanos da ONG Conectas afirma que o novo fluxo de migrações tem acontecido seguinte as pesquisas realizadas acerca dos serviços sociais bem oferecidos pelo país, são eles principalmente a educação, moradia e saúde. Por isso a migração da mulher grávida haitiana torna-se mais prático e econômico (VIEIRA, 2014).

A migração realizada pelo sexo feminino pode e é muitas vezes, desestimulada de acordo com as definições em relação ao papel dedutivo que será enfrentado ao chegar na sociedade. Por isso a vivencia da mulher migrante é notoriamente diferente da vivencia masculina, de acordo com as construções sociais inerentes em todas as sociedades. Pode-se dizer então que o processo de mudança de país está repleto de perda ou ganho de autonomia, no que tange a escolha de ir e vir. Além, é claro, dos processos de poder, identidade e hierarquia envoltos nos desenvolvimentos capazes de negociarem, reconstruírem ou reafirmarem as relações de poder (MARINUCCI, 2007).

Consequentemente o espaço envolto nas migrações permitem as mulheres que rearticulem e negociem os juízos de gênero, afetivos e até

mesmo familiares, através das mudanças de funções que perpetuam as relações de gênero. Assim o cruzamento de fronteiras é capaz de reposicionar e transformar as subjetividades envolvidas, possibilitando um novo delineamento dos papéis de gênero enquanto facilitador de uma nova maneira de viver a vida.

Visto como um fenômeno que impulsiona processos de aculturação, devido as mudanças de valores e concepção sobre a subordinação referente a posição masculina. Assim sendo é provável que se de a mudança de papel de gênero (ALENCAR- RODRIGUES, STREY e ESPINOSA, 2009).

Considerações Finais

O presente artigo proporcionou uma breve discussão a respeito da trajetória de estudos migratórios, de gênero e feministas, listados durante o corpo do texto. Nota-se que as vivências migratórias trouxeram consigo diversos aspectos sociais, de gênero e de identidade, levando em consideração que as diferentes culturas envolvidas são vivenciadas pelos sujeitos ali postos. Por isso ao acessar tais informações percebeu-se a problematização de gênero enraizada na sociedade capitalista e patriarcal.

Destarte o objetivo do artigo buscou perpassar os caminhos de movimentos migratórios, mulheres e questões de gênero, o patriarcado que assola a cultura haitiana e, por fim, as questões de gênero e as implicações postas as mulheres haitianas que migram por diversos os fatores correlacionados. Buscou-se então identificar e delinear os trajetos migratórios que ocorrem de maneira cultural e social através de escritos já publicados, afim de que dessa forma fosse possível mensurar o impacto das articulações patriarcais e os ambientes sociais dos países respectivos ao receberem um público vulnerável, muitas vezes grávida e ansiando por um futuro melhor para sua prole.

Levando em consideração que a ação de migrar para outro país elenca diversos aspectos além do deslocamento físico, a igualdade de gênero acaba por ganhar espaço dentre as aberturas que um novo

contexto cultural traz consigo. Assim, a chegada e convivência de mulheres haitianas em contexto específico, possibilita uma melhor qualidade de vida no que tange educação, saúde e principalmente a autonomia, que envolve os aspectos sociais e culturais que antes eram rígidos e propiciavam limitadas condições de vida.

Referências

AGUIAR, N. **Patriarcado**. Rio de Janeiro. Fundação Oswaldo Cruz, 2015.

ALENCAR, R; STREY, M; ESPINOSA, L. **Marcas de gênero nas migrações internacionais de mulheres**. Psicologia & Sociedade, 2009.

ALMEIDA, J. **As multifaces do patriarcado: uma análise das relações de gênero nas famílias homoafetivas**. Recife UFPE, 2010.

ARAÚJO, A. **A inserção de um grupo de imigrantes haitianos em Santo André, São Paulo - Brasil**. UFABC, 2015.

AZEVEDO, F. M. C. D. **O conceito de patriarcado nas análises teóricas das ciências sociais: uma contribuição feminista**. Revista três pontos UFMG, 2017.

ARAÚJO, A. **Limitações e estratégias de ação feminina na sociedade haitiana: categorias de articulação**. São Paulo, 2016.

BAUMAN, S. **Estranhos à nossa porta**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

BRASIL. **Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. Lei de migração**. Brasília: Governo Federal, 2017.

BRASIL. **Ministério da Integração Nacional**. Plano Estratégico de Desenvolvimento do Centro-Oeste (2007- 2020). Brasília, 2007.

BOBBIO, N. **A era dos direitos. Direitos humanos, discursos- conferencias**, 1992.

BOYD, M. **Push Factors Resulting in the Decision for Women to Migrate**, New York: UNFPA – IOM, 2006.

CARBALLO, M.; NERUKAR, A. **Migration, refugees, and health risks. Emerging Infectious Diseases**, 2001.

COGO, D. **Comunicação, migrações e gênero: famílias transnacionais, ativismos e usos de TICs.** São Paulo, 2017.

CONSTITUIÇÃO, B. **Emenda constitucional.** Decreto Legislativo, 1988.

DESROSIERS, M.; SEGUY, F. **Haiti: As violações coletivas da Minustah.** 2011.

DUTRA, D. **Migrações Femininas Contemporâneas: Os desafios e as singularidades,** 2012.

_____. **Mulheres Migrantes Trabalhadoras: a segregação no mercado de trabalho,** 2013.

FERNANDES, D. **Estudos sobre a Migração Haitiana ao Brasil e Diálogo Bilateral,** 2014.

FIGUEREDO L. O; ZANELATTO J. **Trajetória de migrações no Brasil.** Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2017.

GRANADA, D. et al. **Discutir saúde e imigração no contexto atual de intensa mobilidade humana.** Botucatu, 2017.

HARAWAY, D. **Gender for a marxista dictionary.** 1991.

LOPÉZ, D. **Mujeres migrantes que trascienden fronteras.** Guadalajara, 2015.

MARINUCCI, R. **Feminização das migrações?,** 2007.

MACEDO, A; SOUSA, T. **Fluxos migratórios, tráfico de mulheres e feminização da pobreza,** 2016.

MIOTO, R; LIMA, T. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2007.

PAIVA, A; LEITE, A. **Da emigração à imigração? Por uma análise do discurso,** 2014.

PATARRA, N. **Migrações internacionais de e para o Brasil contemporâneo: volume, fluxos, significados e políticas.** São Paulo, 2005.

PATARRA, N. **Migrações internacionais: teorias, políticas e movimentos sociais.** São Paulo, 2006.

RAMOS, N. **Gênero, Identidade e Modernidade na diáspora:** In: A vez e a Voz da Mulher: Relações e Migrações. VI Congresso Internacional. Portugal, 2009.

RAMOS, M. **Globalização e multiculturalismo.** Rev Eletron Inter-Legere, 2013.

ROSA, R. **Subjetividade e inversão do racismo:** um estudo de caso sobre os haitianos na República Dominicana. In: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, 2010.

SANTOS, F. **A inclusão dos migrantes internacionais nas políticas do sistema de saúde brasileiro: o caso dos haitianos no Amazonas.** História, Ciências, Saúde - Manguinhos, Rio de Janeiro, 2016.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo, Moderna, 2004.

SILVA, C. **A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero.** Direito em foco, 2012.

TEDESCO, J. **O gênero na Imigração: Redefinições de Papéis e Dinâmicas Étnicas.** Revista Latino Americana de Geografia e Gênero. Ponta Grossa, 2011.

VIEIRA, R. **A menção à “academia” se refere a um conjunto bastante heterogêneo de pesquisas de áreas variadas sobre o ingresso de pessoas haitianas no Brasil.** Vieira, 2014.

VENDRAMINI, C. **Uma categoria na perspectiva do materialismo histórico e dialético.** Florianópolis, 2018.

WALBY, S. **Theorizing patriarchy.** Oxford, Brasil, 1990.

WEBER, M. **Economia e sociedade.** V. 1. Brasília, Unb. 2009.